

O espaço da festa, do poder e do excedente nas ocupações da RMBH

Ana Luiza Farage Silva*
Laura de Almeida Botega♦
Roberto Luís de Melo Monte-Mór•

Área Temática: Economia

Resumo

A tríade lefebvriana do espaço da festa, do poder e do excedente é ressaltada por Monte-Mor (1994) e discutida em vários trabalhos posteriores. Sob essa perspectiva, o artigo discute esses espaços nas ocupações da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Enquanto um espaço de resistência, as ocupações lutam pelo acesso a esses direitos à cidade representados pela festa, pelo poder e pelo excedente. Embora a princípio as ocupações pareçam estar renegadas desse direito, pode-se interpretar a resistência como uma aproximação do poder hegemônico, reforçado pelas redes de contato e de luta pelo acesso à moradia e ao direito à cidade.

Palavras-chave: ocupação; resistência; festa; poder; excedente

* Mestranda no Cedeplar/UFMG

♦ Doutoranda no Cedeplar/UFMG

• Professor Associado no Cedeplar/UFMG e no NPGAU/UFMG

O espaço da festa, do poder e do excedente nas ocupações da RMBH

Ana Luiza Farage Silva
Laura de Almeida Botega
Roberto Luís de Melo Monte-Mór

1. Introdução

O estudo da cidade nunca trouxe consenso, nem na interpretação da sua origem, nem na interpretação de sua função. Jane Jacobs (1969) argumentou que, ao contrário do que todos acreditavam, há evidências de que a cidade precedeu o campo. A dinâmica da sociedade estaria pautada na diversificação da produção, modo a partir do qual as regiões se desenvolveriam. Segundo BEAUDRY & SCHIFFAUEROVA (2009), Marshal, Arrow & Romer acreditavam que a especialização levaria ao desenvolvimento das regiões e países. Já a leitura de ARAÚJO (2012) sobre Lefebvre indica que a importância das cidades passou, com o tempo, de uma função de uso para uma função de troca, sendo a cidade o espaço privilegiado do consumo (Castells, 1972).

O atendimento da função social da cidade também nunca foi consenso. Há aqueles que dizem que o pertencimento básico do direito cidadão (a habitação) deve ser conquistado por meio do trabalho, sendo factível o atendimento básico a todas as pessoas. Por outro lado, há quem entenda que essa é uma situação ilusória e que não aconteceria no sistema capitalista da forma em que se vive: um sistema que reforça as desigualdades sem considerar o atendimento mínimo das necessidades básicas do ser humano. Para essa visão, apenas seria possível falar de fato de meritocracia e igualdade de oportunidades, uma vez que as mínimas necessidades fossem de fato atendidas.

O movimento de ocupações tem acontecido no mundo inteiro. Enquanto uma forma de resistência, as ocupações buscam o atendimento de uma das necessidades primordiais do ser humano: moradia. Essa movimentação não acontece sem fundamentação no Brasil. O Estatuto das Cidades afirma a necessidade de atendimento da função de uso da propriedade. Portanto, se existe uma vacância imobiliária superior ao déficit habitacional, há que se entender que o capital não tem se aproximado da sua função de uso.

Segundo a interpretação de MONTE-MÓR (1994) sobre Lefebvre, o direito à cidade se manifesta no acesso à festa, ao poder e ao excedente. As ocupações parecem buscar se inserir no sistema almejando esse direito à cidade. Embora, em um primeiro momento, as ocupações estejam claramente desprovidas do acesso a esse direito, a rede que constroem as aproxima cada vez mais de sua emancipação. Assim, ao se encontrarem em um espaço de resistência, conceito elaborado por COELHO-DE-SOUZA (2015), as ocupações caminham rumo a um espaço diferencial que questiona as condições desiguais e visualiza a existência de uma sociedade menos desigual e com mais atendimento dos direitos básicos dos cidadãos. Logo, entende-se que as ocupações encontram maneiras de se aproximarem do atendimento de suas necessidades do direito à cidade, chegando próximas do direito à festa, ao poder e ao excedente.

Para tal argumentação, inicia-se o texto dissertando sobre a cidade e o urbano, procedida por uma seção referente à vacância imobiliária e às ocupações da RMBH com o desfecho sobre a resistência e as redes desses movimentos.

2. Da cidade e do urbano

As teorias que tentaram explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função da cidade influenciaram as intervenções feitas tanto pelo Estado como pela sociedade. Mas essas teorias pensadas nos países de centro capitalista e apropriadas na periferia muitas vezes não se adéquam

àquela realidade, sendo aplicadas em áreas seletivas e deixando grande parte das cidades como lugares excluídos das ideias.

Foi nas cidades, e no campo com articulação nas cidades, que se construíram as forças socioculturais, econômicas e políticas que formaram o Brasil, produziram, e ainda produzem, seu espaço urbano-regional. Das cidades coloniais às metrópoles atuais, os referenciais teóricos foram sendo redefinidos, adaptados e recriados para explicar processos socioespaciais e informar projetos políticos de classes e grupos de interesse.

As necessidades crescentes de implantar uma organização ao espaço cidade, de modo a evitar ou minimizar os conflitos potenciais decorrentes da justaposição no espaço urbano das múltiplas classes, etnias, credos e culturas fizeram com que propostas racionalistas ampliassem sua influência no planejamento das cidades. As cidades então passaram a refletir a rigidez e a lógica da divisão técnica do trabalho na fábrica, e o modelo de urbanismo ficou subordinado à lógica produtiva industrial, impondo hierarquias rígidas aos espaços urbanos e aos serviços ligados à reprodução. Como resultado, observou-se no Brasil uma suburbanização precária que se iniciou nas grandes cidades (Rio de Janeiro, São Paulo) com a industrialização de substituição de importações. Esse processo de industrialização produziu periferias pobres parcialmente integradas à dinâmica urbana. E a expansão do modelo fordista a partir dos anos 60 levou ao agravamento das condições de exclusão urbana (Monte-Mór, 2004).

No século XIX, com a formação da cidade industrial, a questão habitacional ganhou maior centralidade nos Estados Unidos e Europa. A habitação consistia em uma questão político-ideológica, garantindo a hegemonia da burguesia no centro das cidades, entendido como o espaço da riqueza, do poder e da festa. Com a migração dos trabalhadores para as cidades, houve um aumento da demanda por áreas e conjuntos habitacionais nas periferias urbanas. Investimentos em habitação e transporte público tornaram-se urgentes para a reprodução da força de trabalho. A expansão do tecido urbano exigia melhoramentos (Monte-Mór, 2006).

No Brasil, os pressupostos progressistas prevaleceram na organização da cidade grande, e se materializaram através do zoneamento e do controle do uso do solo, visando resolver o conflito entre a propriedade privada do solo e as demandas coletivas. Foram criados comissões e órgãos técnicos de planejamento. Atenção maior foi dada aos grandes projetos públicos de criação de novas cidades, de expansão da fronteira agrícola e aos grandes projetos industriais (Monte-Mór, 2006).

Mas existiam também outras correntes que se ligavam ao movimento de politização da questão urbana no mundo denominado Economia e Humanismo, liderado por Léfèbvre. A ampliação da visão do urbanismo se deu com as crescentes preocupações com bens públicos e serviços de caráter social, com a problemática regional veio também a preocupação com a dimensão metropolitana. Nesse contexto, no Brasil, a tentativa de vincular habitação ao planejamento urbano não teve sucesso. A população pobre não tinha recursos (poupança voluntária ou compulsória) para adquirir um imóvel. Dessa forma, inicialmente os investimentos foram concentrados no sudeste, onde também se deu a expansão acentuada do consumo de bens duráveis da produção industrial fordista. Nas décadas de 60 e 70, houve uma expansão urbano-industrial acentuada em todo o território nacional, com a formação de periferias metropolitanas, cidades médias e a expansão da fronteira amazônica (Monte-Mór, 2006).

As preocupações geopolíticas dos militares promoveram o investimento em sistemas de transporte e comunicação, a elaboração da legislação trabalhista, a implantação de seguros sociais, serviços de saúde e educação e a formação do sistema bancário (Monte-Mór, 2006). A extensão dessas condições urbano-industriais virtualmente a todo o território nacional criou as condições para a integração espacial sob a égide do urbano, fenômeno denominado, segundo a leitura de MONTE-MÓR (1994) sobre a teoria de Léfèbvre, urbanização extensiva.

No Brasil, em 1960, já se observava uma revolução urbana, com a remoção de favelas e da população pobre das áreas centrais para as áreas periféricas. O campo se urbanizou rapidamente à medida que as condições de produção urbano-industriais, antes restritas às cidades, estenderam-se para a dimensão regional e mesmo nacional. Com a urbanização extensiva, o urbano ganhou virtualmente dimensões globais, representando todo o espaço social (Monte-Mór, 2005).

ARAÚJO (2012) apresenta parte da compreensão a respeito da cidade e do urbano, para Lefebvre, enquanto formas sociais. A cidade para Lefebvre passou por períodos de formação que se denominam cidade política, cidade comercial e cidade industrial. Por cidade política entende-se a típica *polis* grega regida por estabelecimentos claros de funções de seus cidadãos. Com o surgimento do comércio, surge a cidade comercial, na qual os comerciantes se tornam a classe hegemônica e colocam lado a lado igreja e prefeitura junto ao comércio, intermediando relações de troca e de uso, tudo isso na mesma praça. Os grupos sociais já expressavam suas éticas e estéticas próprias, as quais as festas celebravam com seus caracteres típicos. A indústria, por sua vez, se via presente antes mesmo da cidade, porém afastada desta. Com a percepção da existência de mão de obra abundante, capitais e mercado, a indústria se aproxima da cidade e provoca o processo de implosão e explosão. Com sua aproximação, surge a anti-cidade. Por isso entende-se a negação da centralidade da cidade (implosão) e seu espalhamento para as periferias (explosão) como a generalização das relações pautadas na troca e na artificialidade da festa, não mais pautada na originalidade das culturas, mas na manifestação homogeneizada da classe dominante. Ou seja, a festa torna-se a repetição dos signos de consumo, sendo a cidade vista como uma gigantesca empresa. O campo se torna o lugar do atraso e a cidade, a “prisão do espaço-tempo”.

O urbano deve ser entendido pelo método dialético, não pela lógica formal, que nega a crise e busca torná-la marginal. O urbano não é um produto da industrialização, mas o fenômeno indutor de transformação social da cidade, residindo nas contradições. Isso porque nega a segregação e a dispersão.

De acordo com LEFEBVRE (2004), a sociedade vive uma fase crítica (subperíodo subjacente ao período, que pode ser político, agrário ou industrial), na qual a sociedade urbana irá superar a sociedade industrial. São identificadas resistências ao processo homogeneizante do consumo enquanto legitimidade, uma vez que se manifestam as originalidades irredutíveis, que veem nas diferenças as características fundantes da sociedade. Nesse contexto, habitar é uma manifestação da resistência, uma vez que o ato de habitar confronta a homogeneização do capital e reafirma o direito à busca pelo atendimento das necessidades básicas humanas. Contudo, pela luta pelos direitos à cidade não se entende o direito legítimo à cidade, pois a própria existência da luta evidencia a continuidade da superioridade do capital, que perpetua sua homogeneização. Ademais, incita-se a prevalência da cidade enquanto mercadoria, dado que a cidade Ocidental se permitiu ser apropriada como obra.

A dialética é o método utilizado em toda a discussão de Lefebvre, não a lógica formal, pois assim se torna possível prever a virtualidade que está por vir, assim como suas transformações (ocorridas no urbano). A lógica formal comporia parte das análises dialéticas e não se proporia a entender anunciações, pois coloca seu foco em problemas fragmentados. Portanto, as contradições são o contexto da cidade, que se constitui em uma mediação do espaço-tempo vistas de maneira trinitária. Em nível superior estariam o Estado e o poder econômico, que agiriam por meio de subsistemas urbanos componentes de um sistema total. A origem ecológica ou privada teria como ação principal o componente de habitação, que inaugura o ponto de chegada de ordens e informações. Em ordem crescente de níveis, entende-se a escala do microssociológico (da habitação), do macrossociológico (do urbanístico/cidade) e do territorial ou global (cidade/mundo).

MONTE-MÓR (1994) interpreta a visão Lefebvriana sobre a cidade como sendo composta pelo acesso à tríade poder, excedente e festa. Tradicionalmente, o poder é acessado pelas classes

hegemônicas, que são ouvidas pelo Estado, uma vez que possuem ligação ou de fato dominam a produção capitalista. O excedente não é aquilo adquirido para sustento próprio do indivíduo, mas o esbanjamento daquilo que excede o atendimento das necessidades do indivíduo. A manifestação da sociedade de consumo seria expressa na festa.

Para CASTELLS (1983), a cidade é o produto do Estado e da economia, dados os seus processos sociais peculiares. O urbano, por sua vez, é a forma específica da sociedade moderna, expressa não apenas pelas relações sociais, mas também pelas relações sócio-espaciais dominadas por fatores econômicos que regem a dinâmica do modo capitalista de produção. Portanto, o urbano seria a unidade espacial reprodutora da força de trabalho, cujos problemas emergiriam de movimentos sociais, que devem ser o foco das políticas urbanas (não espaço propriamente dito). O espaço é resumido aos domínios de produção, consumo e troca, o que reforça a preponderância da importância dos movimentos sociais.

Em suma, CASTELLS (1983) teorizou sobre a questão urbana, entendendo-a enquanto o espaço privilegiado do consumo coletivo. LEFEBVRE (1974) pensou na produção do espaço, falando sobre o espaço abstrato e diferencial. Posteriormente, MONTE-MÓR (1994) interpretou a visão de Lefebvre sobre a cidade, enquanto sendo o espaço do poder, do excedente e da festa. Essas questões serão levantadas com mais precisão nas seções posteriores, permeando o conteúdo de todo este trabalho.

Vista a discussão sobre a cidade e o urbano, cabe entender essa realidade para a região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), bem como para as ocupações, que são apoiadas por movimentos sociais que buscam, junto a elas, o atendimento das necessidades básicas da população. O texto segue discutindo sobre a vacância imobiliária da RMBH e o contexto das ocupações.

3. Vacância imobiliária da RMBH e ocupações

Segundo MACIEL & BALTAZAR (2010), há uma carência de imóveis para habitação de interesse social, mas há terrenos e edificações vazios e subutilizados no perímetro urbano de RMBH (formada por 34 municípios). Observa-se um descompasso entre desconhecimento da existência de edificações vagas (explícita em dados estatísticos) e conhecimento estimativo da vacância de lotes vagos (não explícito em dados estatísticos). Os fenômenos que caracterizam a vacância são: obsolescência e ociosidade.

Alguns autores propõem a análise e organização da estrutura sócio-espacial das grandes cidades de acordo com duas lógicas de coordenação das atividades individuais e coletivas: lógica do Estado e lógica do mercado. Segundo a lógica do Estado, as formas de distribuição são definidas pela riqueza da sociedade; pelas formas de acumulação do capital – política, institucional, simbólica, ou por outra natureza, que permita o seu reconhecimento como parte integrante da sociedade e da distribuição das riquezas sociais. Para a lógica do mercado, o acesso ao solo urbano se dá principalmente pelo acúmulo de capital monetário. Onde as relações de troca monetária determinam o acesso ao solo urbano, outras formas de capital perdem a importância. Há também a lógica da necessidade, desenvolvida por ABRAMO (2005), baseada na necessidade absoluta de uma moradia para se inserir na cidade, motivação e instrumentalização social. As três lógicas de organização do solo urbano coexistem nas cidades brasileiras, podendo haver uma interação conflitante.

A Fundação João Pinheiro (FJP) fez o cálculo das unidades vagas. Segundo o IBGE, define-se unidade vaga como aquela que não estava ocupada na data base de realização da pesquisa. Difere-se de uma unidade fechada, ou moradia de uso ocasional. Uma unidade vaga pode ser classificada como: em condições de serem habitadas, em construção e em ruínas. Apenas as duas classificações foram utilizadas pela FJP (2005-2007) para o dimensionamento das unidades vagas. O maior número de unidades vagas está nas regiões metropolitanas, mas seu maior crescimento está fora dessas áreas. Em 2005, a RMBH apresentava 145.042 domicílios em condições de serem habitadas

e em construção, o que correspondeu a 95% dos imóveis vagos levantados (Maciel & Baltazar, 2010).

O grupo Morar de Outras Maneiras (MOM) – UFMG também fez o cálculo de lotes vagos em 2010. Análise preliminar identificou lotes pulverizados em áreas consolidadas, loteamentos vagos periféricos em zonas de expansão, glebas remanescentes em áreas urbanas (processos especulativos ou pessoas físicas desinteressadas em perder a moradia rural) (Maciel & Baltazar, 2010).

Segundo MACIEL & BALTAZAR (2010), há expressões que podem descrever lotes vagos: ociosidade, vacância, taxa de vacância. No caso de obsolescência, a função original de um edifício deixa de existir, a estrutura pode ser demolida, ou adequada a outra função ou desmontada. Quando se tem ociosidade, o lote ou edifício permanece vazio ainda que tenha condições de ser ocupado. A taxa de vacância seria igual ao percentual de lotes e edificações que permanece ocioso em uma determinada área. Na- RMBH, a taxa de vacância domiciliar era de 12,23% em 2010.

MACIEL & BALTAZAR (2010) citam a definição de Amy, Ming y Yuan (2000) para a taxa de vacância natural, que corresponderia a um nível ideal de equilíbrio do estoque imobiliário (comércio, serviços e domicílios), que funcionaria como um estoque regulador necessário para atender possíveis demandas futuras e também para possibilitar transações de venda e aluguel no mercado imobiliário.

A rede de vacância corresponderia a uma sucessão de deslocamentos espaciais ao longo da estrutura urbana. Quanto maior for a abrangência da rede de vacância, menor será a atipicidade da taxa de vacância. Define-se filtragem como o movimento que torna possível a troca de residência com base no estoque de habitações gerado por famílias, possibilitando o acesso de grupos com uma renda inferior. Na RMBH, movimento de filtragem é pouco efetivo, observado em redes de vacância de curto comprimento, sendo pouco abrangentes na cidade. Isso é comum no Brasil, onde a desigualdade de distribuição de riquezas é grande. O movimento de filtragem e o modelo de rede de vacância são utilizados para análises de fundamentação de políticas públicas habitacionais (Maciel & Baltazar, 2010).

Na RMBH, a maior concentração de unidades vagas em 2005 está nos municípios mais populosos: Belo Horizonte, Contagem, Betim e Ribeirão das Neves. Mas em termos de taxa de vacância, Juatuba, Esmeraldas, Taquaruçu de Minas e Rio Manso são os municípios que apresentam os maiores percentuais (entre 23 e 31%). E são também nessas regiões que se concentram as famílias sem casa, com destaque para Belo Horizonte e Contagem. Chama a atenção também os municípios de Matozinhos e Raposos (Maciel & Baltazar, 2010).

Na RMBH, em 2005, o número de imóveis vagos era de 15.638. Matozinhos, Pedro Leopoldo, Sabará, Caeté e Rio Acima apresentaram uma necessidade de novas construções, já nos demais, há oferta de moradias desocupadas, no entanto, essas habitações podem não estar acessíveis para as famílias que precisam de moradia (Maciel & Baltazar, 2010).

Segundo MACIEL & BALTAZAR (2010), as prefeituras em geral não tem conhecimento sobre este déficit, com exceção de Belo Horizonte, Contagem, Caeté, Pedro Leopoldo e Sarzedo. Em BH, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo reduziu substancialmente os loteamentos irregulares. Essa prática tendia a migrar para municípios vizinhos, promovendo o parcelamento de vastas áreas no perímetro urbano. A maior parte dessas áreas da RMBH continua vazia.

KAPP, BALTAZAR DOS SANTOS e VELLOSO (2006) afirmam que as contradições do atendimento da produção capitalista de moradias, que mudam ao longo do tempo, à totalidade da população se devem à solvabilidade da demanda e à formação do preço da terra urbana. Portanto, propõe-se a prática de Morar de Outras Maneiras sugerindo formas alternativas de produção e uso

da terra a fim de atender os direitos básicos de moradia, conceito este de moradia mutável da sociedade.

Ademais, Belo Horizonte aponta modificações em relação à divisão política originalmente estabelecida. SILVA, AMARAL E SIMÕES (2010) fazem o recorte do município de Belo Horizonte de acordo com as desigualdades regionais de infra-estrutura domiciliar. Para tanto, os autores utilizaram de dados censitários de 2010 por meio da árvore geradora mínima e o algoritmo de *skater*, chegando a sete regiões homogêneas. Para tanto, os autores trouxeram, inicialmente, o recorte histórico do município de Belo Horizonte, ressaltando as características das regionais Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Por meio do critério de infra-estrutura domiciliar, as regionais se tornaram sete, o que sugere a existência de modificações no urbano intensivo do município. Se o urbano intensivo se modifica e se expande, quem dirá o urbano extensivo, que embora marginalizado à centralidade é também regido por ela, dinâmica descrita por Perroux (1967) sobre a teoria dos polos.

Segundo RODRIGUES (2004), O Estatuto da Cidade (Lei 257/01) apresenta contradições, conflitos, permanências e mudanças no estatuto das cidades em relação à questão fundiária urbana, às atribuições da união, estados e municípios, ao planejamento urbano e à participação social. Há ausência de uma dimensão espacial para aplicação dos instrumentos nas áreas urbanas e a função social da propriedade e da cidade não estão bem definidas. O Estatuto inova ao reconhecer a necessidade de legitimar/legalizar as áreas ocupadas por moradias. Defini o município como unidade de planejamento do seu espaço territorial e estabelece a obrigatoriedade da participação da sociedade civil na elaboração do Plano Diretor Municipal.

Conquistar o direito à cidade é meta, objetivo e objeto de luta de vários movimentos sociais nacionais e internacionais. No Brasil esta discussão está em pauta desde a Constituição de 1988, com a preparação da Emenda Popular para a Reforma Urbana, sendo que em 2001 foi aprovado o Estatuto das Cidades, regulamentando os artigos da Constituição sobre a função social da propriedade e da cidade – Lei 257/01 (RODRIGUES, 2004).

O Estatuto das Cidades foi construído com a participação ativa dos movimentos sociais que lutam pela reforma urbana, com ênfase no questionamento da supremacia do direito de apropriação, da propriedade do solo, e das questões urbanas relacionadas ao direito à vida. O Estatuto não resolve ou elimina os conflitos, mas os torna mais visíveis, e mostra como a sociedade é desigualmente constituída, com predomínio da população urbana, embora a maioria não tenha acesso a determinados padrões urbanos (RODRIGUES, 2004).

O movimento da sociedade possui o ideário de direito à cidade. Já não se pode falar em utopia espacial, pois há muitas contradições com relação a: atribuições municipais, número de municípios obrigados a realizar planos diretores, ausência de normas para as regiões metropolitanas, aglomerados urbanos, participação efetiva da sociedade nos debates, não existência de lei municipal para o impacto prévio de vizinhança e ação desvinculada entre as diferentes esferas do pacto federal brasileiro.

São poucos os municípios que estão obrigados a aplicar os instrumentos do Estatuto. Para a aplicação do Plano Diretor, teoricamente o critério seria extensão administrativa municipal, mas na prática o critério adotado está relacionado à população, o que exclui a maior parte dos municípios de fazer cumprir a função social da cidade – apenas pouco mais de mil municípios (aproximadamente 27%) concentram a população urbana brasileira (aproximadamente 80%) (RODRIGUES, 2004).

O Estatuto não faz referência ao planejamento integrado de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e consórcios municipais, perdendo assim a aplicabilidade da função social da propriedade e da cidade neste caso. Não fornece critérios bem definidos do que seja uma propriedade subutilizada.

Faltam também censos, dados sobre o assunto, assim a definição de subutilização fica ainda sendo virtual/pré-virtual (RODRIGUES, 2004).

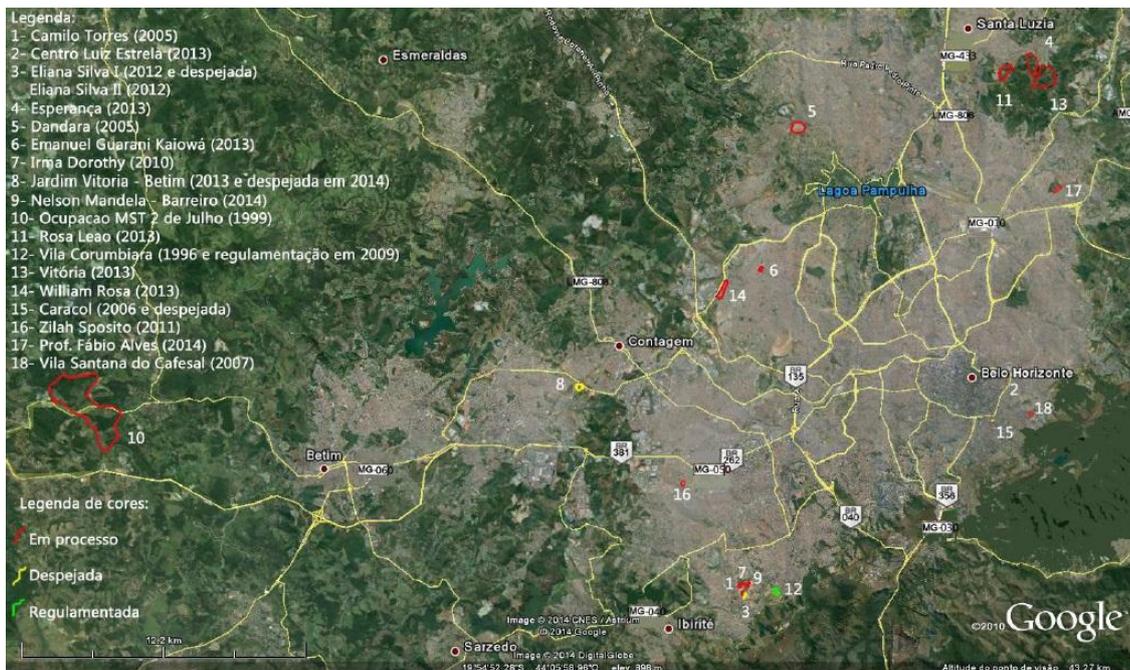
O Estatuto da Metrópole, sancionado em 12 de janeiro de 2015, tem por objetivo promover a articulação entre os municípios que formam uma metrópole com a participação dos governos estaduais e federal. Dentre as ações de função pública que os municípios podem unir para implementar, pode-se citar habitação e saneamento básico. O Estatuto enxerga o território inteiro como interesse metropolitano. Mas há alguns aspectos relacionados ao marco constitucional brasileiro que podem limitar o funcionamento do Estatuto da Metrópole, como a questão da autonomia municipal e da transferência para os estados da competência de criar regiões metropolitanas, o que pode dificultar a criação de uma política nacional.

O Censo 2002 forneceu as unidades vagas em regiões metropolitanas, mas esta informação é insuficiente para se definir se o imóvel está ou não cumprindo sua função social. RODRIGUES (2004) também aponta para a necessidade de estudos de impacto de vizinhança, importante forma de gestão coletiva da cidade, podendo contribuir para a construção da função social da propriedade e da cidade e do direito à cidade. Sua aplicação ainda é virtual.

Embora os imóveis muitas vezes não cumpram de fato sua função social, a população tem buscado maneiras de ter suas necessidades de habitação atendidas.

De acordo com Gilvander (Blog do Frei Gilvander Luís Moreira, 2015), um dos ativistas envolvidos com o movimento das ocupações na RMBH, são mais consolidadas as ocupações Dandara, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Rosa Leão, Esperança, Vitória e muitas outras em BH. O mapeamento das ocupações foi indicado como projeto de pesquisa a ser realizado pelo Escritório de Integração da PUC Minas Gerais, tendo como mapa inicial a Figura 1 abaixo exposta. A assessoria técnica às ocupações de BH tem sido realizada pela mesma instituição, conforme sinalizado em seu site (Escritório de Integração, 2015). São 18 as ocupações indicadas como pertencentes à RMBH, quais sejam Camilo Torres, Centro Luiz Estrela, Eliana Silva I, Eliana Silva II, Esperança, Dandara, Emanuel Guarani Kaiowá, Irmã Dorothy, Jardim Vitória, Nelson Mandela, Ocupação do MST 2 de julho, Rosa Leão, Vila Corumbiara, Vitória, William Rosa, Caracol, Zilah Sposito, Prof. Fábio Alves e Vila Santana do Cafesal.

Essas ocupações estão claramente excluídas da centralidade do município de Belo Horizonte, o que reforça a dificuldade do acesso às atividades cidadinas correspondentes ao acesso à festa, ao poder e ao excedente. NASCIMENTO (2016) ressalta o dissenso existente na cidade entre as políticas habitacionais e as ocupações urbanas. Elas se opõem devido à crise urbana agravada por sete fatores que a autora enumera: “(1) intensificação do padrão periférico das cidades; (2) vinculação do capital imobiliário ao capital financeiro; (3) imobilidade política em se realizar a reforma urbana; (4) imposição da propriedade privada condominial; (5) ineficiência do judiciário; (6) associação Estado-capital; (7) discursos estrategicamente construídos, em nada propositivos.” A autora reflete uma saída para a crise urbana atrelada à redistribuição do processo de tomada de decisão na cidade amparada pelas dimensões teóricas de Rancière, Aristóteles, Marx e Mouffe.



Mapa inicial da localização das Ocupações. Fonte : EI-PUC MINAS

Figura 1: Mapa inicial das Ocupações da RMBH.

Fonte: Escritório de Integração (2015)

LOURENÇO (2015) classifica a população moradora das ocupações na RMBH de acordo com os conceitos de Jessé Souza de ralé estrutural e batalhadores. A ralé estrutural é assim classificada para chamar atenção para a população ainda excluída da sociedade de consumo, enquanto os batalhadores são aqueles situados entre a ralé estrutural e as classes média e alta, possuindo acesso a produtos que antes eram privilégio da classe média. A ralé estrutural compõe a maior parte da população das ocupações estudadas por Lourenço (Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá), enquanto os batalhadores são aqueles que, em geral, travam a luta pelo poder. Pode-se perceber, portanto, a presença do exercício do poder nas ocupações, o que não exatamente seria o poder hegemônico expresso pela cidade, mas a luta pela habitação, caráter mínimo do pertencimento cidadão.

Parte dos moradores das ocupações é proveniente de outras moradias precárias. Alguns daqueles que outrora houvessem recebido indenizações para desocupação, não teriam conseguido financiar imóveis institucionalizados e acabaram por ocupar outras áreas. Essas pessoas são pertencentes a classes sociais que podem estar fadadas a perpetuar a desigualdade social e a privação do acesso à moradia.

LOURENÇO (2015) também pauta a moradia como uma necessidade, desenrolada pelo *habitus*, conceito desenvolvido por BOURDIEU (2001) como sendo a predisposição do indivíduo a ter determinadas atitudes pautadas em necessidades que se tornam virtudes. A carência se transforma em luta e ultrapassa a dimensão do necessário. Isso porque, a propriedade se torna uma forma de libertação do ser humano da dependência, possíveis subjugamentos e humilhações por que passam quando moram “de favor” ou pagam aluguel, que consome a maior parte de sua renda. A ocupação de propriedades fundiárias se torna uma saída também para aqueles que não encontravam possibilidades de se incluir por vias institucionalizadas ou não viam facilidade nos meios de ascensão para pessoas que não encontravam oportunidades de trabalho em suas cidades de origem. A troca de moradia em uma favela por aquela em ocupações subentende a busca do acesso “à rua”. Nas favelas, muitas vezes a rua não é vista e o acesso a serviços tais como o hospital não se torna

realidade acessível. Além disso, visualizar a possibilidade de ter um carro em algum momento se traduz como uma aproximação maior da ascensão social.

Ter propriedades equivale a ser livre, uma vez que as condições primordiais de existência são dominadas (Arendt, 2000). A resistência encontrada por meio da luta pela ocupação traduz o entendimento da injustiça praticada pelo capitalismo, assim como a tolerância com a contravenção, encontrada como forma de sobrevivência. Muitas vezes os moradores se envolvem com o tráfico de drogas, que se manifesta como uma maneira de inclusão na sociedade, coisa que não tenham conseguido por meios institucionalizados.

Lourenço (2015) também relata o imediatismo e o baixo poder de vigilância, disciplina e autocontrole que podem ser percebidos nas relações dos moradores. Enquanto a classe média realiza suas reivindicações por meio da política, a população das ocupações busca questões mais imediatas, tais como a instalação de água e luz, sobressaindo a importância do comprovante de residência, que permite maior autonomia e liberdade dos moradores. Ademais, a religiosidade é também traço forte da busca pela “salvação”, que deve ser manifestada cotidianamente com transformações no presente. A preocupação política dos moradores das ocupações se dirige à moradia também a que ocorre dentro das áreas que habitam. Aqueles indivíduos que chegam nas ocupações e levam tempo para se assentarem geram descontentamento e desconfiança a respeito da especulação imobiliária.

Todas essas características e aspectos das ocupações tais como sua cultura, saberes, modos de vida, maneiras de ver o mundo devem ser considerados no processo de planejamento urbano, uma vez que se aproximam da permissão da diversidade e dos conflitos entre as classes sociais, que se pautariam enquanto a luta pelo direito à cidade.

Ao olhar as ocupações pode ser que, em um primeiro instante, elas pareçam estar completamente marginalizadas do acesso à festa, ao poder e ao excedente. Primeiro porque a elas é renegado o acesso ao diálogo e à tomada de decisão do poder político do Estado, que as confronta por meio da força policial ou até mesmo tornando necessário que elas ocupem a frente do prédio público para que sejam ouvidas. Depois, porque o excedente parece claramente ser algo inacessível às ocupações. Por último, porque a manifestação da classe hegemônica expressa na festa não parece ser acessível aos padrões de consumo dessas pessoas.

No entanto, talvez seja possível entender que as ocupações vêm conquistando e acessando a tríade do Direito à Cidade. A resistência, enquanto definição de sua permanência e existência fortalecida pela conexão com os movimentos sociais, cujos componentes muitas vezes são oriundos de classes privilegiadas da RMBH, mostra aproximação cotidiana do acesso ao poder. O esboço dessas redes pode ser visto por meio da ligação com os principais movimentos apoiadores das ocupações na RMBH, tais como: Brigadas Populares, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), relação com os movimentos acadêmicos (Praxis UFMG, Escritório de Integração PUC-Minas e Arquitetos sem Fronteiras). Os componentes de alguns desses movimentos são oriundos, em sua maioria, de classes médias e altas da sociedade de Belo Horizonte. Portanto, no momento em que a eles se associam, gera-se fortalecimento das relações.

Souza (2010) ressalta a festa enquanto dimensão cultural da cidade e com poder agregador e essencial para a sociabilidade no espaço urbano, adquirindo, portanto, um caráter espacial. O direito à cidade, entendido como a ocupação plena de sua arquitetura, suas ruas e apropriação de seus espaços tem a festa como seu elemento articulador, possibilitando a vivência urbana de forma completa.

A festa se aproxima das ocupações aos poucos. O Carnaval, embora vindo exogenamente, se manifesta muitas vezes em ocupações da RMBH. Talvez não seja ainda possível precisar o quanto

isso realmente conecta a população exterior daquela que habita as ocupações, mas certamente aproxima a festa do poder hegemônico dessas resistências. A cidade industrial exprime na festa a hegemonia da classe dominante representando o que é próprio da sociedade de consumo. Por sua vez, a luta, manifestada no urbano, busca as diferenças, que deram origem à sociedade, o que se anuncia em virtualidade. Portanto, ao mesmo tempo em que há a festa hegemônica da classe dominante, há também a festa que exprime as diferenças e as origens culturais. Pode ser que, embora excluídos da sociedade de consumo e da hegemonia da cidade industrial, os habitantes das ocupações urbanas consigam criar suas festas como forma até mesmo de protesto e de luta.

O excedente é a parte da tríade que parece realmente ser renegada a essa população, assim como o é para a maior parte das pessoas do país, vista a enorme desigualdade existente e a reprodução dessas desigualdades, tal como teoricamente aponta Bourdieu (1984). De acordo com Bourdieu, as desigualdades se perpetuam via reconhecimento da superioridade do *habitus* da classe dominante, que domina a sociedade e dita seus rumos. A legitimação dada por meio desse reconhecimento reafirma uma sociedade desigual. O nível sobe à medida que a população da classe mais baixa amplia o acesso aos produtos valorizados pelas classes média e alta. No entanto, a busca pelo acesso à moradia e a conquista gradual desse direito liberta cada vez mais os indivíduos do atendimento de suas necessidades básicas para então ser factível sua inserção cada vez maior na sociedade.

Logo, embora o sistema, na maneira como se configura pareça favorecer constantemente as classes “mais baixas”, a resistência busca reduzir essas desigualdades e aproximar as classes com menos acesso aos recursos econômicos da emancipação do atendimento de suas necessidades fundamentais. Assim, o ser humano se torna mais livre para se entender enquanto sujeito na sociedade.

3- Da resistência e das redes

Seriam as ocupações formas de resistência fortalecidas pela formação de redes? Seriam Bourdieu e Lefebvre autores complementares que fornecem base para a interpretação da realidade das ocupações? COELHO-DE-SOUZA (2015) desenvolve o conceito de espaço de resistência, a partir de uma união do conceito de *doxa* de BOURDIEU (2006) com o de espaço abstrato de LEFEBVRE (1991). Para ela, o espaço diferencial é um caminho alcançado pelo espaço da resistência, o que torna a realidade que antes era impossível, algo possível.

Analisando o caso da ameaça da Serra do Gandarela na região de Raposos (MG), a autora reconhece os movimentos de resistência à mineração da área, que busca evitar a ameaça ao manancial de água da região. A ação foi liderada pelo Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG) junto aos moradores de Belo Horizonte e das comunidades da Serra. Enquanto resistência, essas pessoas entendem ter o direito de querer uma realidade diferente, em que as ambições econômicas não ameacem a harmonia com o meio ambiente.

Para tal análise e o entendimento do conceito de espaço de resistência, a autora une o entendimento de triplicidade do espaço, espaço abstrato, contraespaço e espaço diferencial de Lefebvre. Ademais, anexa o conceito de *doxa* de Pierre Bourdieu, o poder simbólico de construção do mundo bem como o questionamento do inquestionável para a construção do conceito de espaço de resistência bem como suas representações dialéticas.

Por triplicidade do espaço a autora entende o espaço percebido, o concebido e o vivido, por meio do qual o indivíduo percebe, respectivamente, sua realidade cotidiana que é a percepção da base prática do mundo exterior, o espaço dominante numa sociedade ditada pela ordem daqueles que têm acesso à informação, e do espaço das representações. O espaço abstrato, por sua vez, compõe o espaço da acumulação, o espaço dominante dos centros de riqueza e de poder. Esse espaço vê sua função social do uso ser substituído pela lógica da troca no planeta inteiro, constituindo as cidades globais. São inerentes ao espaço abstrato os conflitos e as lutas, compondo o contraespaço. As contradições

sociais contidas no capital geram o fim do espaço abstrato, conduzindo à formação de um novo espaço, o espaço diferencial. Nele, as diferenças são descobertas, estando à margem da homogeneização. Para Lefebvre, não é suficiente apenas manter na defensiva, mas é preciso que as diferenças contra-ataquem a realidade homogeneizada (Lefebvre, 1991 *apud* Coelho-de-Souza, 2015).

COELHO-DE-SOUZA (2015) então disserta sobre a *doxa*, que legitima o mundo de acordo com o reforço das posições da maneira como elas são. Ou seja, ao serem abaladas as estruturas da realidade, logo mecanismos de conservação são acionados (Duarte Júnior, 2006 *apud* Coelho-de-Souza, 2015). Portanto, a experiência dóxica não é vista como uma crença, mas como uma realidade natural e inquestionável. Sua imposição ocorre por meio da ortodoxia que a compõe, definindo o que é legítimo ou ilegítimo e impedindo o acesso aos instrumentos de luta que permitem a modificação da realidade. O controle dos fluxos de informação de massa é uma maneira de fazê-lo (Harvey, 2012 *apud* Coelho-de-Souza, 2015). Para Bourdieu, a legitimação das distinções se situa também na distância à cultura dominante. A heterodoxia emerge como uma alternativa à ordem estabelecida.

As coações estruturais mantêm o mundo tal como ele é, cabendo à luta política conservar ou transformar o mundo, embora haja força do poder simbólico nele expresso. Portanto, COELHO-DE-SOUZA (2015) propõe uma maneira didática de entender a transformação do mundo, via espaço de resistência, reconhecendo a dialética que compõe a transformação. A Figura 1 ilustra esse espaço de resistência e a maneira por meio da qual as ocupações, por exemplo, têm se proposto a transformar o possível no impossível tangível: seu acesso ao poder, à festa e ao excedente, embora ainda incompletos e à sua maneira. No entanto, a resistência das ocupações representa grandes avanços do fortalecimento da luta contida nas realidades homogêneas impostas pelo capital.

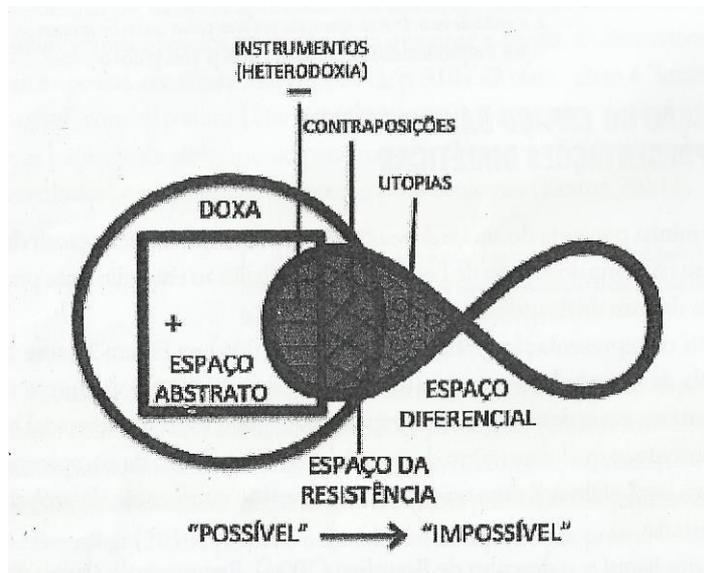


Figura 1: O espaço da resistência e suas representações

Fonte: Coelho-de-Souza (2015)

Como ocorreria a passagem do possível ao impossível? O espaço abstrato legitimaria a homogeneidade da realidade. A *doxa*, por sua vez, seria composta pelo ortodoxo e o heterodoxo, sendo o último a possibilidade de questionamento da realidade. Portanto, o espaço abstrato, contido na *doxa*, realiza a passagem para o espaço diferencial (representado pelo sinal de infinito) primeiramente por meio da heterodoxia, posteriormente por meio das contraposições e, por fim, com as utopias, que são capazes de sair do campo da *doxa*, do que é inquestionável, para uma realidade que antes teria sido considerada impossível.

É dessa maneira que as ocupações parecem questionar o que é pré-estabelecido para fazer urgir um grito sobre a urgência de atendimento das necessidades básicas do ser humano para que se gere uma sociedade minimamente mais justa. COELHO-DE-SOUZA (2015) finaliza seu trabalho indagando se o segundo momento do espaço diferencial seria representante do espaço da emancipação.

O espaço de resistência poderia compor, portanto, a busca do acesso à festa, ao poder e ao excedente que as ocupações da RMBH praticam. O próprio fato de as ocupações continuarem existindo é uma evidência da resistência e da busca por um espaço diferencial que transforma o impossível em algo factível. A impossibilidade de sua existência era antes composta pela prisão ao espaço abstrato, que reproduz as racionalidades hegemônicas. Ao permear a heterodoxia e gerar contraposições, as ocupações se aproximam das utopias e se tornam realidade verificada a partir de suas próprias existências. Certamente as ocupações ainda são privadas do acesso a muita festa, poder e excedente, mas decerto se aproximam destes por meio de suas redes de apoio e da própria resistência.

O surgimento de muitas ocupações da RMBH, como, por exemplo, Dandara e Izidora, foi acompanhado por movimentos sociais, que somavam forças às suas ações. Os componentes desses movimentos sociais funcionavam enquanto um elo com o poder hegemônico, uma vez que são, em boa parte, oriundos de classes favorecidas da cidade. Logo, assumir que as ocupações sempre estiveram completamente renegadas da hegemonia consiste em afirmação ingênua. Embora houvesse constante negação de acesso ao poder, os movimentos contribuíram para sua resistência e permanência.

Lefebvre (1974) analisa as relações entre o urbano e a vida cotidiana que ele vê como sendo simultaneamente produtos e produção do espaço. Trata das relações sociais em um espaço mais amplo, que não somente o da produção, mas também na vida cotidiana, nos lazeres, no habitar e na utilização do espaço. Os cidadãos e os grupos por ele constituídos tem o direito de atuar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas, independente de uma ideologia urbanística, mas depende de uma característica essencial do urbano: a centralidade. Quando se excluem do urbano classes, grupos e indivíduos, essa exclusão se estende à civilização e sociedade. E observa-se então uma situação crítica nas cidades, com a formação de centros constituídos de forma segregada como centros de riqueza, de poder, informação e conhecimento. Aqueles que não participam dessas esferas de poder são lançados aos espaços periféricos. O direito à cidade representaria a reconstituição da unidade espaço temporal, a reunião e o encontro.

A interpretação de ARAÚJO (2012) sobre Lefebvre indica que o urbano possui três dimensões: simbólica, paradigmática e sintagmática. A simbólica trata das representações de desejos e expressões ocultas no urbano. Já a paradigmática refere-se às relações de espaço expressas pelo meu lugar (isotopia), pelo lugar do outro (heterotopia) e pelo lugar neutro (utopia). Finalmente, a sintagmática regula as tendências das relações entre os espaços, sendo a mais importante.

No momento atual que vive a cidade, a implosão-explosão confunde as dimensões e camufla os conflitos existentes no urbano. Para entender a cidade, é preciso dar forma aos conflitos que ocorrem em fluxos. A dialética pode tratar isso por meio do urbano, entendendo que a segregação sócio-espacial torna a cidade produto, pois deixa de olhar para o espaço como obra, nega o valor do uso e o valor da apropriação do tempo e do espaço (Araújo, 2012).

Segundo ARAÚJO (2012), Lefebvre vê a cidade como tendo um cunho revolucionário expresso pelo urbano e isso é analisado por ele por meio de uma consonância teórica com Hegel-Marx. Para o autor, a revolução se daria por meio da problematização das mediações (espaço-tempo) e da superação da racionalidade limitada do período industrial, a ser substituída por uma mais complexa imersa na prática social da sociedade urbana.

A reprodução social é área de discussão da teoria de Lefebvre, enquanto a marxista trata como a produção afeta a sociedade. Se a cidade é o *locus* privilegiado da ação e se comporta enquanto um sistema total, seria contraditório falar em revolução global, visto o paradoxo de o sistema lutar contra ele mesmo. No entanto, o consumo dirigido que rege o cotidiano e reflete a forte ideologia do crescimento econômico, claramente mostra seus limites por meio das crises ecológicas e socioespaciais. Portanto, o paradoxo não é mais existente, visto que os limites do sistema claramente apontam para seu colapso, sendo improvável antever a realidade sem falar em revolução. O próximo período será o trans-histórico, da diversificação e multiplicação do uso do tempo, sendo a diferença ligada ao desejo associado ao uso do tempo e do espaço. Ou seja, a lógica dialética levaria à revolução por meio da tríade do conflito forma-conteúdo realizado por mediações (Araújo, 2012).

Já Bourdieu (2004) faz uma análise das relações sociais dizendo que a ciência social oscila entre o objetivismo e o subjetivismo. A posição objetivista defende a ideia de que a vida social deve ser explicada não pelas ideias das pessoas que dela participam, mas por questões que escapam à consciência. A visão subjetivista, oposta a de Durkheim e também de Marx, vê a realidade social como tendo um sentido e estrutura que refletem os seres humanos que nela vivem, agem e pensam, construindo um senso comum, através do qual eles apreendem a vida cotidiana e a interpretam.

A exposição e comparação entre espaço social e geográfico é possível. Embora se observe uma tendência para a segregação no espaço – as pessoas próximas no espaço social tendem a estar próximas no espaço geográfico, seja por opção ou por força; pessoas muito afastadas no espaço social podem interagir ou se encontrarem esporadicamente ou por determinado período de tempo no espaço físico (Bourdieu, 2004).

Agentes que ocupam uma posição superior em uma hierarquia do espaço objetivo podem negar simbolicamente a distância social, mas ainda assim ela não deixa de existir. Uma frase que pode representar esse simbolismo seria: “ele não é orgulhoso, para um professor de faculdade”. Os agentes se distribuem no espaço social segundo o volume de seu capital global e de acordo com a estrutura de seu capital, peso relativo das diferentes espécies de capital, econômico e cultural (Bourdieu, 2004).

Goffman desenvolve o conceito de *sense of one's place*, em que as pessoas tendem a se manter em um lugar ou a guardarem distância ou manterem uma posição ou não terem intimidade. As distâncias sociais estariam presentes na expressão do corpo, da linguagem e com o tempo. Como exemplos tem-se as amizades, os amores, casamentos, associações, movimentos políticos (Bourdieu, 2004).

As representações dos agentes acontecem segundo sua posição, e os interesses a ela associados, e segundo seu *habitus* como formas de percepção e apreciação, estruturas cognitivas e de avaliação que são adquiridas pela experiência de uma posição no mundo social. Assim, o *habitus* diz respeito não somente ao *sense of one's place*, mas também ao *sense of other's place* (Bourdieu, 2004).

O mundo social, objetivamente, seria um sistema simbólico organizado segundo a lógica da diferença. O espaço social apresenta uma tendência de funcionar como um espaço simbólico, de estilos de vida, de grupos de status, que se caracterizam por diferentes estilos de vida. Do lado subjetivo, tem-se esquemas de percepção e apreciação, principalmente expressos pela linguagem, que retratam o estado das relações de poder simbólico. Os estados objetivos e subjetivos atuam no sentido de construir um mundo de senso comum, ou, no mínimo, um consenso sobre o mundo social (Bourdieu, 2004).

As lutas simbólicas do lado objetivo acontecem através de ações de representações, individuais ou coletivas, de manifestações, e representações individuais. Do lado subjetivo, pode-se agir tentando

mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social através dos sistemas classificatórios (Bourdieu, 2004).

Em resumo, o capital simbólico não é outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido. Se conhecido de acordo com as categorias de percepção que ele impõe, as relações de força possuem uma tendência a reproduzir e se reforçar, constituindo a estrutura do espaço social (Bourdieu, 2004).

Assim, para mudar o mundo seria preciso mudar as formas de fazer o mundo, o poder simbólico, que é o poder de definir grupos. Primeiramente, o poder simbólico precisa se basear em um capital simbólico, capaz de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova. Mas a eficácia simbólica depende da forma em que a visão simbólica está fundamentada na realidade. O poder simbólico é um poder de atuar através das palavras. Um grupo só começa a existir quando distinguido como tal, quer por quem faz parte dele ou para os outros. Assim, o que está em questão na luta a respeito da existência ou não das classes é o poder de impor uma classificação, divisões sociais implícitas (Bourdieu, 2004).

Bizzotto (2015) fala da resistência da ocupação de Izidora, situada na região norte da capital mineira. A ocupação conta com o apoio de alguns movimentos que fortalecem a luta pelo direito à habitação e contribuem para evidenciar a resistência, uma vez que são, em geral, próximos à classe privilegiada da sociedade. São eles os movimentos associados a Igreja Católica, Movimento Brigadas Populares, o Programa Polos de Cidadania, a Faculdade de Direito da UFMG, a UNE, o Escritório de Integração da PUC-Minas, o MLB e o Coletivo Margarida Alves. Ademais, a campanha #Resiste Isidoro reforçou a aproximação do poder político do apoio da causa da ocupação. Bizzotto (2015) identificou o fortalecimento da visibilidade do movimento por meio do apoio de cantores tais como Tom Zé e Otto, políticos como Luciana Genro (PSOL) e Jean Willis (PSOL) e os professores Carlos Vainer e David Harvey.

Portanto, as ocupações claramente se aproximam do poder hegemônico por meio de conflito e resistência, fortalecidos pelo apoio popular que, de certa forma, tem acesso ao poder hegemônico. O poder público parece negar ouvi-los a não ser que o terreno ocupado seja de posse da prefeitura ou do estado. Omite-se nos casos privados até que sejam chamados para o combate. A omissão é uma maneira de até mesmo evitar o espalhamento da notícia, tentando evitar que outras ocupações se consolidem (Bizzotto, 2015). Falta também atendimento à população de baixa renda e a prefeitura não tem conseguido suprir as necessidades.

Com base nas pesquisas feitas por Bizzotto (2015), percebe-se que ao mesclar o “*one’s place*” com o “*the other’s place*”, as ocupações ganham força e representatividade. Quando as classes se misturam em prol de um objetivo comum, o ganho social é significativo, implicando até na possível redução da força policial e política usada contra as ocupações. Dentre os relatos sobre a ocupação de Isidoro, percebeu-se que muitas vezes os estudantes se uniam às ocupações, passando dias lá, o que inibia muitas vezes a ação policial nesses lugares, visto que esses mesmos estudantes muitas vezes são oriundos de classes detentoras do capital cultural, político e econômico. A voz das comunidades se faz ouvida usando de meios institucionalizados para fazer valer (Bizzotto, 2015) e é reforçada pelo “discurso competente da universidade” ou discurso instituído (Chauí, 1981 *apud* Bizzotto, 2015) e por meio do apoio das instituições parceiras nos processos de negociação.

Portanto, evidencia-se a luta pelo acesso ao direito ao poder dentro das ocupações da RMBH. Mas não é só de poder que o direito à cidade se compõe. Como seria o direito à festa e ao excedente dentro das ocupações? O relato de Elielma evidencia que, embora não haja ainda acesso ao excedente, as condições básicas de sobrevivência melhoraram com as ocupações, uma vez que tenha sido instalado um estilo de vida comunitário que permita o plantio em casa e a redução com os custos do aluguel.

“Tem gente que faz questão de tirar uma foto do meu prato e do que eu estou me alimentando hoje depois de não ter que pagar o aluguel. Eu me sinto maravilhada quando alguém fala pra mim: “Eu não estou mais pagando aluguel, eu estou bem. Estou comendo isso, olha a minha geladeira”. Antes era só garrafa d’água, hoje, cheia de fruta, de verdura e que é plantada aqui mesmo no seu quintalzinho. Todo dia alguém me dá uma verdura, esse quiabo aqui foi colhido agora aqui do lado. Então isso é muito satisfatório, a união. Você ajudar o irmão que precisa (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).” (Bizzotto, 2015).

Assim como a trajetória dos relatos da busca pelo poder foi evidenciada em Bizzotto (2015), é válida a investigação sobre as manifestações da festa e do acesso ao excedente dentro das ocupações. Para tanto, são necessárias entrevistas com os moradores, buscando extrair a perspectiva dos próprios sujeitos quanto ao que é vivido por eles.

Conclusão

O grande desequilíbrio social do Brasil refletiu em suas formas de planejamento e no seu processo de urbanização, tornando a cidade o abrigo da classe hegemônica, colocando cada coisa em “seu lugar”: a classe mais desfavorecida longe do acesso à cidade.

No entanto, esse desequilíbrio e essa geração de uma sociedade desigual não passaram sem descontentamento, havendo resistência da população manifesta, inclusive, por meio das ocupações. Enquanto ocupantes de um espaço de resistência, as ocupações competem pela criação de um espaço novo, o espaço diferencial que luta pelo atendimento às suas necessidades mais básicas e pelo direito à cidade, algo que de fato lhes deve pertencer.

São necessários mais estudos a respeito da discussão sobre o acesso e a luta pelo direito à festa, ao poder e ao excedente para essas populações. Propõe-se, portanto, para um futuro trabalho, a realização de entrevistas direcionadas a essa investigação.

Bibliografia

ABRAMO, P. O Mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes metrópoles. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO, 10. 2005, Salvador. Salvador: ANPUR, 2005.

AMY, Khor; MING, Yu Shi; YUAN, Lim Lan. The nature vacancy rate of the Singapore office market. *Journal of Property Research*. 2000.

ARAÚJO, J. Sobre a Cidade e o Urbano em Henri Lefebvre. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, n. 31, p. 133-142, 2012.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.

BEAUDRY, C., & SCHIFFAUEROVA, A. (2009). Who's right, Marshall or Jacobs? The localization versus urbanization debate. *Research policy*, 38(2), 318-337.

Blog do Frei Gilvander (2015). Disponível em: <http://freigilvander.blogspot.com.br/2015/03/ocupacoes-urbanas-de-bh-rmbh-e-de.html>, acesso em 20/02/2016.

BIZZOTTO, L. M. (2015). #RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justice urbana. 2015. 240f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2015.

BOURDIEU, P. (1984). *Distinction: a social critique of the judgement of taste*, Cambridge Mass.: Harvard University Press

BOURDIEU, P. *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. (2004). Espaço social e poder simbólico in *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.

CASTELLS, M.. *A questão urbana*. Paz e terra, 1983.

COELHO-DE-SOUZA, C.H. O Espaço da Resistência: uma construção teórico prática inspirada em Henry Lefebvre. In: COSTA, COSTA & MONTE-MÓR. *Teorias e Práticas Urbanas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p.369-391.

LEFEBVRE, H. (1974). *La production de l'espace*. *L Homme et la société*, 31(1), 15-32.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. M. *A revolução urbana*. Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Centauro Editora, 2008.

DUARTE JÚNIOR, J. F. *O que é realidade*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Escritório de Integração (2015). Disponível em: <https://eiescritoriodeintegracao.wordpress.com/2015/06/19/projeto-ocupacoes-assessoria-tecnica-as-ocupacoes-da-rmbh/>, acesso em 20/02/2016.

Estatuto da Metrópole. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/?p=37779>, acesso em 17/04/2016.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

JACOBS, J. (1969). *The Economy of Cities*. New York: Vintage.

KAPP, S.; BALTAZAR DOS SANTOS, A. P. ; VELLOSO, R. de C. L.. *Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação da Produção Habitacional*. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 4, p. 34-42, 2006.

LOURENÇO, T. C. B. *Buscando entender os moradores das Ocupações Urbanas da RMBH*. In: XVI Enanpur - *Desenvolvimento Planejamento & Insurgências: Alternativas Contemporâneas no Espaço Urbano e Regional*, 2015, Belo Horizonte. *Anais do XVI ENANPUR*. Belo Horizonte, 2015.

MACIEL, A.P.; BALTAZAR, A. P. - (2010) *VACÂNCIA IMOBILIÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH): mobilização do estoque vago para promoção de habitação de interesse social (HIS)*. Seminário Internacional de Curitiba/ Ateliês de Projeto Urbano.

MONTE-MÓR, R. L. D. M. (1994). *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, 169-181.

MONTE-MÓR, R. L. (2004). A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul (RS), UNISC.

MONTE-MÓR, R. L. (2005). A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. Economia e território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 429-446.

MONTE-MÓR, R. L. (2006). As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora ufm, 61-85.

MONTE-MÓR, R. L. (2006). O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Revista paranaense de desenvolvimento, (111), 9-18.

NASCIMENTO, Denise Morado. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. Cadernos Metrópole., v. 18, n. 35, p. 145-164, 2016.

Observatório das Metrópoles. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1148%3Aestatuto-da-metr%C3%B3pole-avan%C3%A7os-limites-e-desafios&Itemid=180. Acesso em 17/04/2016.

PERROUX. F. A economia do século XX. Porto: Herder, 1967.

RODRIGUES, A. M. (2004). Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. Cadernos Metrópole. ISSN (impresso) 1517-2422;(eletrônico) 2236-9996, (12).

SILVA, H. ; AMARAL, P. V. M ; SIMÕES, R. . Vários Horizontes: infra-estrutura, habitação e regionalização na capital mineira.. In: XIII Seminário de Economia Mineira, 2008, Diamantina. Anais do XIII Seminário de Economia Mineira, 2008.

SILVA, H. Cidades, urbanização, desenvolvimento na Amazônia: notas para uma interpretação lefebvriana. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. de M. (Orgs.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. v. 1. 556p.

SOUZA, M. F. S. A Festa e a Cidade: Experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano. 2010. 132 f. Dissertação – Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte. 2010.